

nº 005/94, nas Comissões Técnicas Permanentes. Celebrado em discussão e votação o Requerimento de Urgência, foi aprovado por unanimidade. A seguir, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão por tempo necessário para que as Comissões Técnicas emitissem parecer quanto ao Projeto de Decreto Legislativo nº 005/94. Terminados os trabalhos, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário que procedesse a chamada regimental. Falando n'esse regimental, o Senhor Presidente flacores da Lecha Mendes celebrou em discussão parecer conjunto das Comissões Técnicas Permanentes, favorável a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 005/94, sendo aprovado por unanimidade o referido Projeto de Decreto Legislativo nº 005/94. Aprovadas as Indicações de números 030, 032, 034, 035, 036, 037, 038, 039 e 040/94 e Requerimento nº 050/94. Não havendo mais matérias para serem apreciadas neste segmento, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para Explicação Pessoal. Não havendo oradores inscritos para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encirrou a presente Sessão em nome de Deus. É para constar, mandei que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

*[Handwritten signature]*  
 Senhor de.

Am

Na da Nova Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cabo São, realizada no dia vinte e dois de março, do ano de mil, novecentos e noventa e quatro. (1º Período Legislativo)

As dezesseis horas do dia vinte e dois de março, do ano de mil, novecentos e noventa e quatro, sob a Presidência do Vereador Marcos da Rocha e com a ocupação da Primeira Secretária pelo Vereador Dirlei Pereira da Silva, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo São. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Jayr Silva da Rocha, Aires Bessa de Siqueiredo, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antonio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de Cavalho Sundade, Briz Benedito Arcanjo Filho, Ivoaquim Schindt, Luiz Antonio de Melo Cotias, Hilton Roberto Pereira de Souza, Delando da Silva Pereira, Silas Rodrigues Brito e Waldin Maurício de Aguiar Neto. Havendo do número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada a Ata da Última Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cabo São, realizada no dia dezete de março do ano de mil, novecentos e noventa e quatro. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente Marcos da Rocha Mendes solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Vereador Dirlei Pereira da

Silva que procedesse a leitura do Expediente que consistiu do seguinte: Ofício nº 069/94 - Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio. Assunto: Encaminha a Mensagem nº 02/94 para apreciação desta Casa. Projeto de Lei nº 011/94 - Mensagem Executiva nº 002/94 Assunto: Dispõe sobre reajuste salarial dos servidores da Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Requerimento nº 032/94 - Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos Assunto: Requerição de féridio pelo aumento de salários concedidos aos Parlamentares Federais e Judiciários. Indicação nº 041/94 - Vereador Hiltner Roberto Pereira de Souza. Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal que junto à CERS, viabilize a instalação de iluminação pública na Avenida Henrique Serra. Projeto de Resolução nº 004/94 - Vereador Sérgio Benedito Jacarajo Filho. Assunto: Institui a carteira de identificação aos servidores do quadro permanente do Poder Legislativo e das outras providências. Indicação nº 042/94 - Vereador Hiltner Roberto Pereira de Souza. Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal a recuperação das quadras de esportes localizadas na Praça de São Cristóvão. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente franqueou a tribuna aos Vereadores insentes em lista própria. Como primeiro orador insente, ocupou a tribuna o Vereador Alfredo Luiz da Rosa Barreto, do PT, falando de início da crise institucional, envolvendo o Executivo, Legislativo e Judiciário, tendo como base o reajuste de salários no Legislativo e Judiciário.

Um  
rio, fato que merecia repúdio do povo brasileiro, visto o momento vivido pela Nação. Disse que não podia deixar de mostrar sua indignação, mesmo sendo o Plano FHC, ele terceiro ou não, mas não podia deixar que legislasse em causa própria, causando perplexidade entre todos os segmentos da sociedade. Com relação a Mensagem do Prefeito disposto sobre reajuste salarial, disse ter observado que pela primeira vez em quinze meses, o Prefeito enviava o documento com tempo hábil para ser estudado, e assim, vislumbrava alguma razão muito forte para tal procedimento do Executivo. Ressequindo, disse ser claro que a Mensagem datada em 17 de março fixava índices de reajuste tendo como base a referida data, mas, que o funcionalismo só iria receber a partir de 30 de março, estando clara também a perda salarial visto a espiral inflacionária. Disse entender ser necessário que o trabalhador participasse da discussão de tal matéria, até mesmo para entender os desdobramentos do Plano FHC, e a conversão pela URV. Quanto a criação de novas funções qualificadas embutidas na Mensagem disposto sobre palavras, disse não entender o que significava "agente de fiscalização de franquias", "agente de fiscalização de saneamento", "agente de fiscalização de edificações", e assim, podia entender o documento do Prefeito como mais um absurdo a ser analisado pela Câmara. Salta que o Quadro Funcional da Prefeitura passa na verdade "inchaço", e segundo se ou

107

bia, a PROCAF estava transferindo funções para a Prefeitura, o que era inconstitucional, mas atendia ao tipo de política que nunca sendo praticada no Município nos últimos anos. Disse que de forma alguma a Câmara podia ser solidária com o Executivo, tendo como referência, questões salarial, e os Senadores corriam o risco de serem cúmplices dos crimes cometidos contra alguns servidores. A seguir falou que os critérios utilizados para a remuneração dos servidores era clientelista, por isso, injusto para com a maioria dos trabalhadores municipais. Com relação aos professores, disse que o Prefeito diferenciava o valor das horas trabalhadas, dando como exemplo o Colégio Rui Barbosa, com Professor "A", de vinte horas e de dezessete horas, que mesmo dando aulas para a mesma turma e para a mesma matéria, recebiam pagamentos diferenciados quanto às horas trabalhadas, ou seja, a hora de um valia sete mil e setecentos cruzeiros reais, de outro, oito mil e quatrocentos cruzeiros reais, o que era um absurdo e deveria ser corrigido, pois era inconstitucional. Ainda quanto aos salários, disse que o Município tinha condições de fazer a conversão para URV, o que não estava preconizado na Mensagem, e embora não sendo obrigatório, não existia na medida provisória vedações ao Poder Público. Em aparte, o Senador Álvaro Bessa de Siqueira, disse que faltava a Mensagem do Executivo, os comentários elucidativos da sua Bancada, e assim,

O desfile de críticas não acabaria nenhum  
aparte! mostrando o desdémio dos Vereado-  
res que acompanhavam o Prefeito Municipal.  
A seguir, o Vereador Alfredo Luiz da Rocha  
Barreto disse da importância em se devi-  
damente saneado o Projeto de Lei disposto  
sobre salários dos servidores e agradecendo  
exercer sua fala. A seguir, ocupou a Su-  
buna o Vereador Guiz Benedito Arcanjo Fi-  
lho, falando inicialmente que o Projeto de  
Decreto legislativo, de sua autoria, tinha  
como objetivo principal, disciplinar os Pro-  
jetos oriundos do Executivo, que normalmente  
se transformavam em emaranhados de  
artigos e parágrafos, sempre fugindo do te-  
ma central. Com relação às distorções sala-  
riais embutidas no Projeto de Lei do Execu-  
tivo, disse que o Guarda C, para perceber an-  
to e vinte mil cruzeiros reais, tinha que ter o  
primeiro grau e fazer concurso público, e o  
Auxiliar de Enfermagem, tinha que ter o se-  
gundo grau, fazer o curso de um ano pa-  
ra então fazer concurso, para ganhar qua-  
se o mesmo de categoria inferior, estando  
configurada grande injustiça para com a  
classe que representava. Saiu da participação  
na Câmara, no dia vinte e três de março,  
de Técnico do DIEESE, que falava sobre sala-  
rios, e a questão da conversão pela URV. Salu-  
a seguir que a Câmara precisava recuperar  
sua credibilidade, e o povo já comentava  
que o legislativo de Lobo Guo estava trans-  
formando um "picadinho", enfatizando que o  
seu Projeto de Decreto legislativo tinha co.

mo objetivo resgatar a credibilidade e a  
 abalada do Poder Legislativo. Ainda quan-  
 to a Mensagem do Prefeito, disse que o tribo-  
 unador da cidade estava de disposto a ficar  
 sem o seu pagamento, e que o Senador de-  
 veva se livrar do medo de votar contra  
 o reajuste salarial, injusto, e ser criticado  
 posteriormente. Salvo ainda que a Mensa-  
 gem de reajuste salarial fora enviada em  
 antecedência para a Casa, para enfia quem  
 o seu Projeto de Decreto legislativo que tra-  
 mitava na Comissão de Constituição e Justi-  
 ca. Salvo que o Prefeito se aproveitava de  
 Mensagens de reajuste, para embutei novos car-  
 gos, o que era um absurdo, e muitas vezes  
 desconhecido do trabalhador que deveria  
 frequentar mais a Câmara e ver de perto o  
 trabalho daquelas que não se emitiam, no que  
 encançou sua fala. Não havendo mais ora-  
 deres inscritos para o uso da Tribuna, o Se-  
 nhor Presidente conduziu os trabalhos ao seg-  
 mento dedicado a Ordem do Dia. Nesta ete-  
 ra foram apreciadas as seguintes matérias  
 lidas o Ofício nº 069/94, de autoria do Exce-  
 lentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Cabo Eng,  
 Encaminhado à Comissão de Constituição  
 e Justiça, o Projeto de Lei nº 011/94, Rejeitado  
 o Requirimento nº 032/94, aprovada a Indica-  
 ção nº 011/94, Encaminhado à Comissão de  
 Constituição e Justiça, o Projeto de Resolução  
 nº 004/94 e Aprovada a Indicação nº 042/94.  
 Não havendo mais matérias para serem  
 apreciadas neste segmento, o Senhor Presi-  
 dente franqueou a Tribuna para Explicação

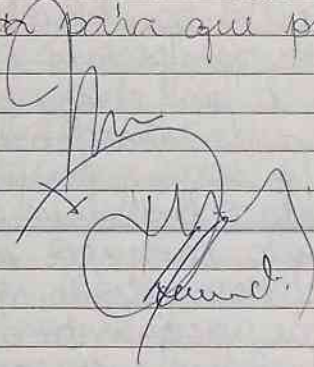
Personal. Ocupou a Tribuna em Explicação Personal, o Vereador Antônio Carlos Pereira da Cunha, agradecendo ao início de sua fala, pelas obras de remodelação realizadas na Praça Santos Dumont, em Búzios, pelo que parablenizava ao Prefeito José Benifácio Serena Nevelino, em atendimento a indicação de sua autoria. Disse que ao longo dos dias o Prefeito José Benifácio cumpria com os compromissos firmados para com a comunidade de Búzios, o que deveria ser proclamado como dever de justiça. A seguir ocupou a Tribuna em Explicação Personal, o Vereador Ubaldino Flávio de Aguiar Neto, comentando sobre a situação ocorrida na Sessão anterior, e assim, o público se desculpar com o Vereador Luiz Antônio de Melo Cabas, pois de forma alguma tentara atingir a moral do Ilustre Vereador, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a Tribuna o Vereador Orlando da Silva Pereira, comentando sobre a obra de remodelação da Praça Santos Dumont, em Búzios, e destacava faixas manifestando o desejo da emancipação. Disse que o Prefeito realizava obras para que o movimento não se fortalecesse, que não houve se a emancipação. Disse que mesmo assim o povo esperava do Senhor Prefeito, obras de repercussão, e lembrava que diversos bairros do Município necessitavam de obras urgentes. Salvo do empenho do atual Secretário de Obras em ser candidato a Deputado Estadual, pelo PDT de Cabo Frio, observando que enquanto tentava conquistar os



Ma

antes do Distrito, o Município ficava entre  
que ao caso, e enfatizando que Cabo não  
aguardava uma reforma geral. A seguir,  
ocupou a tribuna um Explicação Pessoal  
o Vereador Luiz Antônio de Melo Freitas,  
falando que da mesma forma como cu-  
ticava a Administração Municipal, tinha o  
dever de elogiar quando o Prefeito realiza-  
va ações produtivas para a Municipalidade.  
Disse que este era o seu comportamento, in-  
dependente, embora fazendo parte do grupo  
de Sustentação. Adiante, falou que em aten-  
dimento à Sindicacão de sua autarquia, o Go-  
verno Municipal realizava obras de limpeza  
no Casal do Parque Beule e também de  
comunidades periféricas e assim deu taxa  
registrado o seu elogio ao Senhor Prefeito  
pela prestação do atendimento, e encerrou  
sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o  
Vereador Silas Rodrigues Bento, falando in-  
icialmente que elogiava aos seus pares pe-  
lo trabalho desenvolvido, mas se permitia  
observar que enquanto o povo não dispun-  
se de um sistema de saúde digno, propo-  
sições quanto a praças perdiam todo o seu  
existente. Falou também que as ruas da ci-  
dade estavam esburacadas, de mesma forma  
como os bairros mais pobres sofriam com  
a falta de saneamento básico. Disse que dis-  
puta de Vereadores quanto a consertos de  
praças e outras coisas secundárias, a nada  
levavam, pois as prioridades eram esqueci-  
das. Comentou a seguir que suas indica-  
ções não fossem atendidas pelo Prefeito Mun-

Alcalde, e apenas atendesse a Vereadores do PDT, mesmo sendo obras inúteis, sem alcance social, e assim deixava registrada sua insatisfação com o Governo Municipal, que ainda nada realizava, que não conseguia sequer harmonia entre seus Vereadores, e muito menos conquistar os bons Vereadores, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.



Reunido.

Ata da Décima Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia vinte e quatro de março do ano de mil, novecentos e noventa e quatro. (1º Período)

As dezesseis horas do dia vinte e quatro